

IGUALDADE DE GÉNERO E EMPODERAMENTO DAS MULHERES





Ativistas participam de marcha contra a violência de gênero no Equador
Foto: UN Women/Johis Alarcon

A igualdade de gênero é um imperativo de direitos humanos, de justiça social e de desenvolvimento, e um desafio que afeta, de forma transversal e multidimensional, as perspectivas de paz e prosperidade em todo o mundo. A realização do pleno potencial das sociedades só será possível quando não forem negados plenos direitos e oportunidades a metade da humanidade.

O QUE ESTÁ EM CAUSA?

As desigualdades de gênero englobam as disparidades existentes em função do sexo e da identidade de gênero socialmente construída. As discriminações de gênero entrecruzam-se com vários fatores que resultam em desigualdades acrescidas, como é o caso, por exemplo, das mulheres pobres, não brancas, migrantes, entre outros.

Só poderá existir uma sociedade livre e igualitária quando TODxS forem livres e iguais, em direitos e oportunidades. Estes direitos incluem o direito à integridade física, tal como estar livre da violência e fazer escolhas sobre o seu próprio corpo; direitos sociais, como ter uma educação de qualidade e participar plenamente na vida pública; direitos económicos, tal como o direito à propriedade, escolher um trabalho e ter um pagamento igualitário; e direitos políticos, como votar e exercer cargos públicos.

Os países que protegem estes direitos humanos e que criam oportunidades mais igualitárias são mais pacíficos, mais prósperos e têm um desenvolvimento mais rápido, sustentado e inclusivo.

Continuam a existir leis e quadros jurídicos discriminatórios em função do gênero em muitos países, apesar de se reconhecerem grandes progressos no plano formal e normativo. Estes avanços não se traduzem ainda numa igualdade substantiva a todos os níveis, porque várias barreiras – ligadas ao sistema patriarcal e às formas de organização das sociedades, às discriminações institucionais, às mentalidades, “tradições” e práticas históricas – tendem a perpetuar as desigualdades estruturais, tornando-as persistentes e sistemáticas. Nomeadamente, as normas sociais continuam a ser tendenciosas (*biased*) em desfavor das mulheres, e esses preconceitos são transversais às sociedades.

Investir na igualdade de gênero não é só um objetivo válido em si mesmo:

**GERA BENEFÍCIOS E IMPACTOS POSITIVOS
PARA TODOS OS INDIVÍDUOS E COMUNIDADES**

*e é um dos principais fatores impulsionadores
da mudança positiva ao nível económico, político e social.*

A transformação nesta área é especialmente difícil porque implica **alterações nas relações sociais** – uma vez que as discriminações estão fortemente arraigadas no tecido das sociedades – e **nas relações de poder**. Além disso, os progressos não são lineares, mas sim frágeis, podendo existir uma **rápida regressão nos direitos**, devido a fatores conjunturais (em simples mudanças governamentais, ou em situações de crise), como se tem assistido em várias partes do mundo.

É, por isso, fundamental defender de forma irredutível os direitos das mulheres e a igualdade de género a todos os níveis e em todos os lugares. Isto passa por abordar a causa dos problemas e desigualdades, **eliminando discriminações** (nas leis, políticas e práticas) e protegendo os direitos humanos das mulheres e das minorias, em todos os setores da economias e sociedades. Por outro lado, é necessário maior **empoderamento de meninas e mulheres** de forma a potenciar resultados multiplicadores de desenvolvimento e a apoiar uma voz forte por parte das mulheres na configuração das sociedades. É também determinante **apoiar conjuntamente** a igualdade e os ativistas, movimentos e organizações que trabalham e defendem a igualdade de género, em direção a um mundo mais justo.



Uma agricultora em frente a sacos de sementes armazenados num armazém num centro de agronegócios na Serra Leoa

Foto: FAO/Sebastian Liste

De cada vez que uma mulher se defende, sem sequer perceber que isso é possível, sem qualquer pretensão, ela defende todas as mulheres.”

MAYA ANGELOU

EM QUE PONTO ESTAMOS?

Nenhum país do mundo atingiu ainda a igualdade de género. Tem havido progressos, mas muito díspares entre regiões e muito lentos, pois as discriminações e desigualdades continuam a existir em todos os setores e aspetos da vida pública e privada. A manterem-se as tendências atuais, **serão precisos quase 300 anos** para a igualdade de género plena.

POBREZA E TRABALHO

A pobreza ainda tem um rosto maioritariamente feminino. A igualdade salarial é uma das componentes dessa desigualdade: no mundo, as mulheres ganham, em média, **menos 20%** do que os homens – sendo este gap transversal a todos os níveis de educação. A grande participação no **mercado de trabalho informal**, a maior proporção de **trabalho não-remunerado**, empregos mais precários e menor **proteção social** levam a que as mulheres estejam em maior risco de pobreza e exclusão, mesmo nos países mais desenvolvidos. Em metade dos países, ainda é proibido as mulheres **trabalharem em certas profissões ou setores**.

As mulheres têm maiores **dificuldades no acesso a recursos económicos** (p. ex. gestão dos bens, posse de terras e direitos de propriedade) e **financeiros** (p. ex. serviços bancários, acesso a crédito). Em alguns países, as mulheres ainda precisam de autorização para abertura de contas bancárias! Estas dificuldades não lhes permitem aproveitar as oportunidades nem garantir estabilidade, sendo obstáculos a que possam desenvolver as suas atividades, iniciar os seus próprios negócios, aceder a habitação segura e adequada, etc. As leis da família – do casamento, do divórcio, da sucessão e herança – colocam frequentemente as mulheres em situações de fragilidade legal e financeira.

Estas desigualdades são economicamente irracionais e socialmente injustas. Se as mulheres pudessem **participar nas economias em termos igualitários** aos homens, o **PIB mundial aumentaria 26%**. Investir nas mulheres é multiplicador, pois estas tendem a **reinvestir muito mais do seu rendimento** (em comparação com os homens) nas suas famílias e comunidades, criando ciclos positivos de prosperidade – do nível local ao global.

EDUCAÇÃO

As desigualdades na educação continuam a ser grandes, especialmente à medida que se avança nos níveis de ensino (principalmente no secundário e superior). Em situação de guerra ou crise, as raparigas são as primeiras a ter de abandonar a escola. Além disso, dada a desigualdade estrutural e histórica, 2 em cada 3 pessoas analfabetas no mundo são mulheres.

O acesso das meninas e mulheres à educação é um dos meios mais poderosos para o Desenvolvimento. As mulheres com maior nível educacional têm não só maiores rendimentos, mas também mais informação, que lhes permite assegurar melhor nutrição, saúde e educação para elas e as suas famílias – refletindo-se, por exemplo, em taxas menores de mortalidade materna e infantil.

SAÚDE

Globalmente, as meninas e mulheres têm maiores dificuldades no acesso a cuidados de saúde. Por dia, morrem 800 mulheres por complicações associadas à gravidez e ao parto – e 20 vezes mais sofrem doenças, lesões ou incapacidades graves. A quase totalidade destas mortes ocorre em países em desenvolvimento e seria evitável pela prevenção.

Quase metade das mulheres no mundo não têm poder de decisão sobre os seus direitos e saúde sexual e reprodutiva. A igualdade formal na lei, onde tem havido progressos, esbarra ainda com discriminações sociais na prática e com leis que não garantem acesso à saúde sexual e reprodutiva. Aliás, o investimento na saúde sexual e reprodutiva permite reduzir as gravidezes não planeadas, prevenir as mortes maternas, aumentar a produtividade e o rendimento.

VIOLÊNCIA

O número de mulheres que são vítimas de violência é alarmante, calculando-se que 1 em cada 3 são alvo de alguma forma de violência ao longo da vida.

A violência pode assumir muitas formas. Os casamentos forçados e o casamento infantil são formas de violência: 1 em cada 5 mulheres casa antes dos seus 18 anos de idade. Estima-se que 200 milhões de mulheres tenham sido submetidas à Mutilação Genital Feminina. A violência contra mulheres e crianças em situação de conflito incluindo a violência sexual e a utilização da violação como arma em zonas de guerra é uma realidade. A comunidade LGBTQIA+ continua a enfrentar perseguições, exclusão e violência.

A tudo isto, junta-se um aumento da violência sobre defensores dos direitos humanos das mulheres: para além das perseguições e detenções arbitrárias, em 2021, foram assassinadas pelo menos 29 ativistas.

LIDERANÇA E PARTICIPAÇÃO PÚBLICA

Este é um problema comum a todos os países do mundo: as mulheres estão claramente sub-representadas nos cargos de decisão, seja no setor público ou privado.

As mulheres são uma ínfima parte dos Chefes de Estado ou de Governo, e apenas 26,5% dos membros do Parlamento no mundo. Os maiores avanços na representação das mulheres a nível político registaram-se nos países que aplicaram algum tipo de sistema de quotas (39% dos países no mundo fizeram-no). No mundo empresarial, ainda menos de 1/3 dos cargos de gestão/administração no mundo são ocupados por mulheres.

Apesar de a participação das mulheres nos processos formais de paz ser diminuta, está provado que, em média, um acordo de paz tem menos 64% probabilidades de falhar se incluir organizações de mulheres e de defesa dos direitos das mulheres.



Jovens mulheres que fugiram do Afeganistão estudam no Paquistão
Foto : Unicef/Mark Naftalin



Foto: OIM/Gema Cortes

COMPROMISSOS

DIMENSÃO GLOBAL



Para além do enquadramento geral da Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948), existem vários compromissos internacionais sobre a igualdade de género, subscritos por Portugal:

CONVENÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE A ELIMINAÇÃO DE TODAS AS FORMAS DE DISCRIMINAÇÃO CONTRA AS MULHERES (CEDAW) - 1979

É um dos grandes Tratados de Direitos Humanos, com carácter vinculativo. Os países assumiram o compromisso de incluir nas respetivas legislações o princípio da igualdade entre mulheres e homens; de eliminar todas as formas de discriminação, legais ou outras, contra as mulheres; de assegurar o pleno desenvolvimento e o progresso das mulheres em todas as áreas, para a garantir o exercício e gozo dos direitos humanos e das liberdades fundamentais. Portugal é regularmente examinado pelo Comité da CEDAW, que emitiu em 2022 as suas recomendações.



PLATAFORMA DE AÇÃO DE PEQUIM - 1995

É um programa de trabalho global, com 12 áreas prioritárias, para eliminar os obstáculos à participação ativa das mulheres em todas as esferas e empoderar as mulheres e meninas. Estabelece um roteiro com 12 áreas prioritárias. A cada 5 anos, analisa-se o que foi conseguido e reafirmam-se os compromissos, tendo a última avaliação sido feita em 2020 (Pequim+25). Em 2019, Portugal submeteu o seu relatório nacional de implementação.



AGENDA 2030 PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Define “um mundo em que cada mulher e menina desfruta da plena igualdade de género e no qual todos os entraves jurídicos, sociais e económicos para seu empoderamento foram removidos”.

Para além de este ser um tema transversal que contribui para todos os Objetivos e Metas da Agenda 2030, o ODS 5 pretende Alcançar a Igualdade de Género e Empoderar todas as Mulheres e Raparigas, para a eliminação de todas as formas de violência e discriminação.



ODS 5 - Alcançar a igualdade de género e empoderar todas as mulheres e raparigas

UNIÃO EUROPEIA

CONVENÇÃO DO CONSELHO DA EUROPA PARA A PREVENÇÃO E O COMBATE À VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES E A VIOLÊNCIA DOMÉSTICA (CONVENÇÃO DE ISTAMBUL)

É um tratado internacional de direitos humanos, com um quadro jurídico abrangente que define padrões mínimos para a prevenção e resposta de um Estado à violência contra mulheres. A avaliação feita a Portugal em 2022 salienta progressos na implementação, mas as recomendações apelam ainda a alterações especialmente nos crimes sexuais, incluindo a violação. A União Europeia, no seu conjunto, só aderiu à Convenção em 2023.



ESTRATÉGIA EUROPEIA PARA A IGUALDADE DE GÉNERO 2020-2025

A Estratégia reconhece que este é um princípio fundamental da União Europeia, mas não é ainda uma realidade, definindo ações para combater a violência, os estereótipos e as discriminações em todos os setores. A UE pretende liderar na promoção da Igualdade de Género, avançando na implementação de legislação, políticas, medidas e financiamentos, e também na relação com outros países, com o III Plano de Ação para a promoção da igualdade de género na ação externa da UE 2021-2025 (GAP III).



A Constituição da República Portuguesa consagra o direito à não-discriminação. A Estratégia “**Portugal + Igual**” vigora até 2030 e engloba 3 planos de ação para o período 2023-2026:

- ▶ Plano de Ação para a Igualdade entre Mulheres e Homens
- ▶ Plano de Ação para a prevenção e o combate à Violência contra as Mulheres e à Violência Doméstica
- ▶ Plano de Ação para o combate à discriminação em razão da Orientação sexual, Identidade e Expressão de género, e Características sexuais

No âmbito da Agenda da ONU sobre “Mulheres, Paz e Segurança”, Portugal adotou, em 2019, o seu III Plano Nacional de Ação para a implementação da Resolução do Conselho de Segurança n.º 1325.



ESTRATÉGIA DA COOPERAÇÃO PORTUGUESA 2030

A política de Cooperação Portuguesa para o Desenvolvimento é um instrumento fundamental para combater as desigualdades, colocando as pessoas no centro dos processos de desenvolvimento. A Igualdade de Género é simultaneamente um princípio geral, uma prioridade transversal integrada em toda a atuação, e uma prioridade setorial da Cooperação Portuguesa, que inclui medidas para a proteção e promoção dos direitos das mulheres e das meninas, bem como para combater fatores que perpetuam todas as formas de violência e discriminação em função do género, do sexo ou da orientação sexual.

O PAPEL DA EDUCAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO

A Educação para o Desenvolvimento (ED) “é uma poderosa ferramenta para desconstruir estereótipos e para combater e prevenir todas as formas de discriminação, designadamente em função do sexo, da orientação sexual, identidade e expressão de género, e características sexuais.”

Ao promover o espírito crítico e o reconhecimento de dinâmicas estruturais de exclusão, de normalização da violência e das desigualdades de género, a ED permite uma consciencialização sobre importância destas questões para o bem-estar de todos e como condição para um desenvolvimento sustentável. Desta forma, impulsiona uma cidadania ativa e responsável, através da mobilização coletiva para um mundo com maior igualdade e justiça.

Em conjunto com outras abordagens educativas, como a Educação para os Direitos Humanos e a Educação para a Igualdade de Género, a ED reforça os valores fundamentais da dignidade humana e é um contributo valioso para a concretização dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

É TEMPO DE AGIR

Sem avanços concretos na igualdade de género, não será possível construir o mundo com maior justiça, igualdade e solidariedade a que todos aspiramos – porque esta desigualdade se reflete em todos os aspetos da sociedade e no bem-estar de TODxS. A ação de cada um pode ter um impacto enorme na transformação e o momento para começar é JÁ.

DESAFIA ESTEREÓTIPOS E DESIGUALDADES.



Reconhece os estereótipos de género, questiona-os e age de forma diferente; pratica a igualdade do trabalho não-remunerado na tua família (tarefas domésticas e trabalho de cuidado com crianças e idosos); oferece presentes que não veiculem estereótipos de género às crianças; faz escolhas conscientes e não determinadas pelos preconceitos (na escolha da profissão, na escolha de um desporto ou atividade, etc.); promove a representatividade nos meios em que te moves (p. ex. na universidade, nos grupos em que participas); educa os que estão à tua volta sobre as desigualdades de género.

TENS A CERTEZA DE QUE SABES TUDO?



Procura conhecer mais sobre as discriminações e conquistas da luta pela igualdade entre mulheres e homens, a génese e reivindicações do feminismo, a evolução do movimento LGBTQIA+, bem como sobre conceitos importantes (p. ex. identidade de género, masculinidade positiva e não-tóxica, machismo e sociedade patriarcal, linguagem inclusiva, etc.). Faz cursos ou formações online, vê documentários, recorre a fontes fidedignas e a pessoas/organizações que estudam ou trabalham nestas temáticas.

TOLERÂNCIA ZERO À VIOLÊNCIA.



O discurso de ódio, a violência doméstica, a violência sexual, a exploração da prostituição, a violência no namoro, os casamentos forçados, o assédio são crimes. Sempre que te deparares com estas situações na escola/universidade, no trabalho, na rua ou online, ergue a tua voz contra essa violência, denuncia junto das autoridades, e/ou procura ajuda (existem associações de apoio como a APAV, linhas telefónicas e mecanismos de ajuda online, bem como grupos de apoio e partilha).

PROCURA INSPIRAÇÃO.



Encontra mulheres mentoras e/ou líderes que te inspirem. Assegura-te que alguns dos modelos positivos que te guiam ("role models") são mulheres, seja em que área for (política, ciência, cultura) e seja uma figura pública ou não (podes ter uma pessoa da família que te inspire, por exemplo). Segue essas líderes nas redes sociais, conhece o seu trabalho e aprende com elas, ouve as suas histórias e preocupações, lê livros escritos e filmes feitos por mulheres.

DESENVOLVE O TEU ATIVISMO.

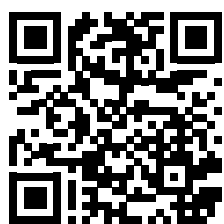


Se defendes a igualdade e os direitos humanos, junta-te a coletivos feministas, associações e grupo que promovam a igualdade de género. Participa - em protestos, petições, envio de emails/cartas, consultas públicas, reuniões e debates - para impulsionar um maior avanço nos direitos das mulheres e na igualdade de género. No exercício do teu direito de voto, está atento às medidas previstas pelos programas eleitorais para colmatar as desigualdades de género.

FICHA TÉCNICA

Autoria: Patricia Magalhães Ferreira
Ficha de ação da Campanha tODxS que promove uma consciência crítica, informada e empenhada do processo de Desenvolvimento Global.

Os conteúdos deste documento são da exclusiva responsabilidade da autora e não podem, sob qualquer circunstância, ser considerados como refletindo posições do Camões – Instituto da Cooperação e da Língua I.P..



Atores do Desenvolvimento:



Cofinanciamento:

